

À esquerda da tradição

To the left of tradition

Wellington Teodoro da Silva*

Resumo

O movimento conhecido como esquerda católica organizou-se ao entorno de três eixos: 1) *a consciência histórica e a consciência da história*; 2) *a revolução cristã* e 3) *a fidelidade à grande tradição*. Este artigo trata deste último eixo que constitui o empenho desse movimento em mostrar-se como o fiel intérprete da longuíssima tradição do catolicismo romano.

Palavras-chave: Esquerda católica; Tradição; Religião e Política.

Abstract

The movement known as Catholic Left is organized around three axes: 1) *the historical consciousness and the awareness of history*, 2) *the Christian revolution* and 3) *the loyalty to the great tradition*. This article deals with this last axis, which constitutes the commitment of this movement to show itself as the faithful interpreter of the very long tradition of Roman Catholicism.

Keywords: Catholic Left; Tradition; Religion and Politics.

Introdução

A esquerda católica foi um notável evento religioso e político do Brasil Republicano, entre meados das décadas de 1940 e 1960. O empenho de desvelar suas implicações na política brasileira posterior ao seu surgimento seria uma tarefa que permitiria acompanhar um dos núcleos duros da cultura política brasileira do pós Estado Novo. Ela forneceu matrizes para a posterior formulação da Teologia da Libertação e, também e importante, para uma cultura política de forte e capilar penetração entre os setores nacional desenvolvimentistas e reformistas do período Pré-Golpe de Estado Civil-Militar; entre grupos que agiram na clandestinidade na Ditadura Militar e, ainda, nos setores de esquerda e de centro-esquerda no período da redemocratização.

Este artigo foi elaborado a partir de três obras que carregam os primeiros movimentos de sistematização desse setor do catolicismo. São elas: 1) Evangelho

* Doutor em Ciência da Religião pela UFJF e professor na PUC-Minas. Correspondência para/Correspondence to: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Filosofia e Teologia, Av. Dom José Gaspar, 500, Coração Eucarístico, CEP 30535-901, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: <w.teodoro@uol.com.br>.

e *Revolução Social* escrito por frei Carlos Josaphat, com primeira edição no ano de 1962, segunda edição em 1963 e quarta edição publicada no ano de 2002, em homenagem aos 40 anos da obra; 2) *Os Cristãos e a Revolução Social*, escrito por Paulo de Tarso, Deputado Federal pelo PDC e Ministro da Educação do governo Goulart e 3) *Cristianismo Hoje*, obra coletiva que conta com artigos de frei Thomas Cardonnel, padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, de Herbet de Souza, além de um manifesto dos estudantes da PUC do Rio de Janeiro e apresentação de Luiz Alberto Gómez de Souza.

Constatamos nessas três obras a elaboração de três eixos nos quais a esquerda católica estrutura-se, chamamos estes eixos de o triângulo de ferro da esquerda católica. São eles: *A consciência histórica e a consciência da história*, *A revolução cristã* e *A fidelidade à grande tradição*. Essa constatação foi feita ao longo de nossa pesquisa de doutoramento, na qual estudamos o *hebdomadário Brasil, Urgente*, que circulou em todo o país de abril de 1963 a abril de 1964, quando foi fechado pelo golpe de Estado.

Nos ocuparemos, neste texto, apenas do terceiro eixo, no qual o catolicismo de esquerda empenha-se por mostrar-se o fiel intérprete de toda a longuíssima tradição do catolicismo romano. Esperamos tratar dos outros dois vértices do triângulo em trabalhos alhures.

O repto da tradição

O catolicismo constitui-se numa das mais longas e complexas tradições do ocidente. Ao longo de toda a sua história, seu capital simbólico e essa tradição foram objetos de combates por partes de grupos divergentes, que sabiam ser fundamental para a vitória a plena posse de sua *única, eficiente e última* interpretação. Efetivamente: a posse da *verdade*. O estudo dessa instituição religiosa revela-se, recorrentemente, como um empenho de interpretação dos combates pela posse de seu grande edifício legitimador, de produção de sentido existencial profundo e, portanto, de poder.

O século XX brasileiro principia com uma nova compreensão da relação entre a Igreja Católica e o mundo moderno, inaugurada, ou, pelo menos, melhor elaborada e publicada, entre nós pelo redentorista Júlio Maria. Consideramos que Maria realizou um dos primeiros movimentos compreensivos do catolicismo

militante que antecedeu e promoveu a esquerda católica. É claro que não o consideramos um membro da esquerda católica e tampouco que existia esquerda católica em seu tempo. Afirmamos, apenas, que identificamos que a esquerda católica propunha uma abertura e diálogo com o mundo moderno que fugia à tradição anatematizante do catolicismo romano que coincidia com as defesas de Maria. Além disso, ambos compreendiam que a Igreja não poderia manter o convívio com o poder conservador que lhe subtraía a sua fidelidade à verdadeira tradição. Dizendo de outra forma, ambos propunham o *descompromentimento* com esse poder e a aliança com o *povo* (Maria, 1983 e Bresser-Pereira, 2006).

Devemos somar outro elemento importante no após-segunda guerra mundial, qual seja, o renovado sentimento anticapitalista e o contato com os comunistas. Esse dado permitiu que os católicos de esquerda compreendessem que havia muitas convergências entre eles e a esquerda clássica: ambos compreendiam, por exemplo, que o sistema econômico capitalista produzia a miséria e a exploração do homem pelo homem de maneira necessária, devido ao próprio funcionamento de sua estrutura.

A esquerda católica propunha, assim como os comunistas, uma mudança revolucionária da realidade e que a própria revolução possuía uma matriz cristã. Os comunistas conseguiram obter o monopólio desse irresistível ato histórico, entretanto, não eram os seus fundadores e tampouco os seus mais densos promotores. Sobre essa afirmação, cumpre lembrar que as revoluções industrial e francesa, os dois terríveis eventos que marcaram o máximo adensamento do paroxismo parturiente da modernidade, antecederam ao próprio Karl Marx. No empenho de dizer que a revolução era cristã em sua origem e no empenho de legitimar essa compreensão entre os católicos e diante dos marxistas, essa esquerda empreende uma hercúlea ressignificação da longuíssima tradição do catolicismo romano. Esse empreendimento serviria também para seus combates contra os católicos conservadores. Ao elaborar aquilo que eles acreditavam ser a verdadeira compreensão da tradição, eles estavam, efetivamente, reinventando-a (Hobsbawn e Ranger, 1997).

A reinvenção da tradição

Num ambiente político de grandes tensões, entre o fim do Estado Novo e o golpe de 1964, período onde tanto setores da esquerda quanto conservadores

buscavam subverter a frágil ordem democrática, propondo, cada um segundo os seus próprios estatutos, uma revolução, os católicos de esquerda também combatiam. E a posse da tradição do catolicismo romano era um ponto da máxima importância por força de seu poder legitimador, tanto entre os católicos quando para a sociedade política organizada.

Luiz Alberto Gómez de Souza, no prefácio do livro *Cristianismo Hoje* (Gómez de Souza em Cardonnel, Vaz e Souza, 1962, p. 12), afirma que esse movimento não representava um ponto de partida de uma heresia. Eram católicos que se inseriam na Igreja “que existe na história”, não procuravam criar fissuras na tradição do catolicismo romano e tampouco buscaram refundá-lo. Todos reconheciam o caráter salvífico da instituição e a sua missão na história e a autoridade máxima do papa. Esse reconhecimento da autoridade do pontífice é particularmente importante porque o catolicismo de esquerda fundamenta-se de maneira privilegiada nas encíclicas. Ainda, esses católicos, segundo Gomes de Souza

se recusam também a contentar-se com a situação presente e, com o Papa João XXIII, pedem uma Igreja “sem manchas e sem fissuras”, que tem que ser “posta em dia”. Adesão ao Cristo só pode ser, hoje, adesão na Igreja, continuação visível do Cristo. E adesão visível é *bene sentire in Ecclesia*, em união com seu Magistério e num trabalho adulto de renovação (Gómez de Souza em Cardonnel, Vaz e Souza 1962, p. 14).

O católico Paulo de Tarso, deputado pelo PDC e ministro da educação do governo João Goulart, oferece-nos ricas possibilidades para a compreensão da relação da esquerda católica com setores da hierarquia. Seu livro *Os cristãos e a revolução social* (Tarso, 1963) foi escrito a partir de conferências que ele proferiu ao longo dos anos de 1962 e 1963. Sobre esse militante, convém lembrar que Vamireh Chacon (1981) considerou Tarso como um dos leigos de maior repercussão da esquerda católica.

O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, redigiu, de próprio punho e num papel com o timbre do seu arcebispado, uma carta saudando esse livro. Ela foi publicada como a apresentação dessa obra e revela a boa vontade desse membro da alta hierarquia com o autor e com as propostas da esquerda católica que ele representava.

O prelado informou que apenas acrescentaria o seu testemunho às afirmações de outros prelados brasileiros acerca do autor. Escreve que Tarso é

sempre fiel “para com a doutrina e para a prática da doutrina da nossa Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana” (Motta em Tarso, 1963, s/p). Afirma, ainda, que o livro em questão fora escrito “sob a responsabilidade da minha autoridade eclesiástica, de há vinte anos, nessa arquidiocese, onde Vossa Excelência tem residência e constitui sua família, de exemplar piedade cristã” (Motta em Tarso, 1963, s/p).

Segundo o cardeal, o autor seguia o ensinamento da Igreja Católica em todos os seus escritos e atos da vida pública. “Entretanto, nos assuntos afirmativos, não definidos categoricamente sob o ponto de vista da verdade ou dos costumes, Vossa Excelência tem usado daquela liberdade, que é um dom que Deus nos deu – ‘*qua libertate Christus nos liberavit*’, no dizer do apóstolo S. Paulo” (Motta em Tarso, 1963, s/p).

A carta afirma que o autor é fiel ao ensino oficial da Igreja Católica ao ponto de tê-lo interiorizado num nível que permite-lhe ser fiel mesmo em questões não previstas. Essa fidelidade também traduz-se na defesa dos interesses da instituição, no modelo clássico da Ação Católica, sob a liderança do Cardeal Dom Sebastião Leme.

Ora bem, Vossa Excia, no Parlamento Nacional, foi sempre um porta-voz dos mais sagrados direitos da Igreja de Deus.

E na defesa dos ministros de Deus.

Eu que o diga; e que, de público, lhe agradeça, o magnífico discurso que, (...) pronunciou na Câmara dos Deputados Federais, em defesa do Cardeal Arcebispo de São Paulo. Entretanto, no Ministério da Educação, V. Excia tem feito o máximo de justo e de equitativo em favor dos Institutos Católicos. Quanto ao que de mal inventam contra V. Excia. os seus gratuitos adversários, lembramos as seguintes palavras de Leão XIII, na Encíclica ao clero francês, em 8-9-1899: “Não dêis ouvidos a esses homens nefastos que, se dizendo cristãos e católicos, lançam a cizânia na messe do Senhor, atacando e mesmo muitas vezes caluniando” (Motta em Tarso, 1963, s/p).

A introdução desse livro foi escrita pelo monsenhor Enzo Campos Gusso, assistente da JUC – Juventude Universitária Católica. Ela também nos demonstra que a esquerda católica existia e se legitimava, sem propor rupturas, na instituição do catolicismo, após este ter elaborado exitosamente o seu processo de romanização. O ambiente de proposições dessa introdução gira ao entorno de afirmações como a seguinte: “Não há outro Cristo numa diocese senão o seu Bispo” (Gusso em Tarso, 1993, p. 16) E essa afirmação romanizada é feita pela esquerda católica nesse seu momento fundante.

Gusso defende, ainda, a necessidade de os cristãos utilizarem dos mecanismos sociais intermediários, como os partidos políticos, para atender aos imperativos dos princípios cristãos guiados pelo episcopado.

Para quem entende que Cristianismo é Revelação de Deus ao Homem e não partido político nem ideologia política; para quem percebe que Doutrina Social Cristã não é planejamento político-social-econômico, ou o que mais se quiser, mas se situa no nível dos princípios da moral cristã e do direito natural, sem descer, como Doutrina Social Cristã, a opções concretas e definidas de atuação política, social ou econômica; para quem ao menos suspeita que os princípios sociais cristãos são de âmbito universal e não se destinam concretamente a nenhuma região específica; torna-se claro que os cidadãos cristãos, possuem, dentro dos limites dos princípios cristãos o direito e o dever de optarem por soluções concretas político-partidárias, econômicas, sociais, etc., nas regiões do mundo em que vivem, segundo os ditames da própria consciência moral e histórica (Gusso em Tarso, 1963, p. 16 e 17).

Após a apresentação e a introdução terem criado o ambiente da autoridade da hierarquia, Paulo de Tarso segue apoiando-se no magistério oficial da Igreja Católica. Não esperávamos encontrar um número tão grande de citações de documentos papais numa obra de um leigo da esquerda católica. A rejeição ao capitalismo, por exemplo, é elaborada basicamente a partir das encíclicas *Libertas*, *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Mater et Magistra*.

O autor afirma que a doutrina social do catolicismo ganhou maior projeção a partir de Leão XIII, entretanto, ela está situada numa tradição muito mais longa, que se confunde com a própria história da Igreja Católica, com raízes que se deitam por sobre a tradição do antigo testamento. O livro nos informa que a “doutrina social cristã é um conjunto ordenado de princípios e ensinamentos, baseados na razão, completada pela Revelação e pela Tradição da Igreja, com o objetivo de orientar a realização do bem comum” (Tarso, 1963, p. 89). Ele reconhece, ainda, que “os documentos oficiais da Santa Sé são fontes autênticas, com autoridade própria, da Doutrina Social Cristã” (Tarso, 1963, p. 90).

Paulo de Tarso recorre a Santo Tomás de Aquino como um lugar legítimo e legitimador da compreensão cristã da realidade. E, a seguir, ampara-se nas três espécies de justiça, elaboradas pelo Santo.

Geral ou social, que tem por objetivo o bem comum; distributiva, que visa a distribuição dos encargos e vantagens, conforme a função e utilidade de cada um; comutativa, que tem por objeto os

direitos absolutos de cada pessoa, ligados às exigências legítimas da natureza humana (Tarso, 1963, p. 91).

Por fim, sobre esse político, militante e autor do catolicismo de esquerda, importa-nos dizer que ele sustenta que os ensinamentos sociais dos papas se preocupam em afirmar uma política que oriente a economia segundo a inspiração cristã, subordinada aos valores cristãos da justiça, que ele compreende segundo o pensamento de São Tomás de Aquino. Ao Estado cabe, portanto, garantir essas condições, tomar para si a propriedade dos meios de produção, caso isso seja necessário para a promoção do bem comum. Entretanto, ao fazê-lo, deve fugir à tentação totalitária.

A propriedade coletiva dos meios de produção, que Tarso lembra ser diferente da propriedade estatal, aparece como forma privilegiada de propriedade. Segundo o autor, o papa João XXIII defende o “gênero” propriedade privada, e não uma de suas expressões: a propriedade individual. Portanto, ele cria as bases para que o liberalismo possa ser recusado. A propriedade “comunitária ou grupal” é um outro gênero de propriedade privada (Tarso, 1963, p. 100). Sobre essa afirmação, o autor faz a seguinte citação da encíclica *Mater et Magistra*:

O que fica dito não exclui, como é óbvio, que também o Estado e outras entidades públicas possam legitimamente possuir, em propriedade, bens produtivos, especialmente quando estes chegam a conferir tal poder econômico, que não é possível deixá-los nas mãos de pessoas privadas, sem perigo do bem comum.

(...)

A época moderna tende para a expansão da propriedade pública do Estado ou doutras coletividades. O fato explica-se pelas funções, cada vez mais extensas, que o bem comum exige dos poderes públicos (Tarso, 1963, p. 102).¹

O livro *Evangelho e Revolução Social*, de frei Carlos Josaphat, foi o primeiro movimento intelectual de sistematização dessa nova matriz do catolicismo elaborado por um teólogo e publicado como livro. Ela foi das obras que ajudaram a esquerda católica a iniciar sua sistematização como um movimento teológico formal. Essa obra foi toda ela pensada a partir da encíclica *Mater et Magistra*, de João XXIII. O dominicano revelou um grande e notável empenho de interpretação e filiação à grande tradição católica romana.

As conferências desse dominicano eram muito concorridas e assistidas por operários, empresários (e suas esposas) e dirigentes políticos. Frei Carlos

Josaphat nos fez um relato sobre essas conferências que pensamos salutar citar aqui para que tenhamos uma ideia de seus conteúdos. Segundo ele, em um desses eventos, realizados para senhoras da elite econômica paulistana, o frade apontou para as jóias que estas senhoras estavam usando e disse que elas eram a tradução da exploração do trabalho operário nas fábricas de seus maridos. No período, esse setor da sociedade não estava acostumado a ouvir um padre falar nesses termos e nem sobre esses assuntos. O impacto era realmente algo que não podemos subestimar.

A elaboração final dessa obra aconteceu após um curso ministrado pelo autor em um encontro de formadores dos seminários católicos brasileiros, em Porto Alegre. A motivação para que ele fosse publicado partiu do próprio cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta.

Seguem fragmentos de uma entrevista de frei Josaphat sobre esse tema:

Esse livro nasceu de uma forma polêmica. Nós começamos a lançar uma interpretação da *Mater et Magistra* e isso foi penetrando nos seminários, na Igreja, entre os jovens padres. Os responsáveis pela formação se assustaram com a doutrina nossa, a doutrina das conferências. Nesse tempo, vários padres e eu, particularmente, tínhamos uma certa irradiação. Uma vez me disseram que estava perturbando a formação dos seminários.

Houve uma reunião do clero em Porto Alegre, com centenas de padres encarregados da formação nos seminários do Brasil, e eu me ofereci a fazer uma exposição para esses formadores. Levei uma série de teses, propondo a eles que eu as expusesse durante dois dias, e eles levantariam perguntas para que entrássemos num acordo. Fiz esse trabalho, discutimos, e vim com as teses aprovadas por eles. Redigi essas teses e mostrei a Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que me disse: “Por que você não publica isso?”

Procurei o frei Benevenuto, da Editora Duas Cidades, e que estava na mesma casa que eu. Ele disse: “Você me dê esse texto, eu publico esse livro em vinte dias”. E aí a gente já se entusiasmou. O livro saiu para responder àqueles que estavam se escandalizando, porque essa doutrina perturba a consciência.

Eu fiz as conferências e veio o estímulo do cardeal, que se entusiasmou. Isso foi por agosto, setembro e, no fim do ano de 1962, o livro saiu. Logo nós tivemos uma segunda edição, em 1963, quando ainda dava, em 1964 não dava mais.

Eu estava muito dependente dos teólogos mais avançados da época e a síntese que fiz continha os elementos da Teologia da Libertação, sem empregar a palavra. Gustavo Gutiérrez, que em setembro de 2001 entrou para a ordem dominicana, fazendo sua primeira profissão dominicana, publicou em 1971 o livro que chamou de *Teologia da Libertação*. Em 1968, ele faz as conferências que viriam a ser material de base do livro. A verdade é que o nosso movimento é anterior e visava essa tese, tem uma doutrina, a que o livro do

Gutiérrez viria a dar nome, fazendo essa síntese doutrinal (Frei Betto, Menezes e Jensen, 2002, p. 487 e 488).

Encontramos, no prefácio dessa obra, a expressão “com audácia e com humildade”. Ela é contraditória e pareceu-nos, num primeiro momento, uma mera estratégia de retórica do autor, que é mineiro. Entretanto, acabamos percebendo que essa afirmação carrega em si a tensa dialética experienciada pela esquerda católica: ela estava ao mesmo tempo filiada à hierarquia, sobretudo nos movimentos de Ação Católica, e inserida na efervescência política do período, altamente emancipatória e com a revolução em seu horizonte de possibilidades plausíveis. Esses católicos se situavam entre a subversão e a subserviência: audazes e humildes.

Também encontramos no livro “Cristianismo Hoje” farto material para afirmar a plausibilidade do argumento central desse artigo: o empenho da esquerda católica em filiar-se à tradição apossando-se dela. Herbert de Souza, o Betinho, redige um dos textos dessa obra sobre a juventude, na qual afirma estar prestando o depoimento de muitos de sua geração, onde principia apresentando o ambiente de conflito experienciado pelos jovens: eram acusados de heréticos, materialistas, cripto-comunistas, inocentes úteis e ateus.

Na singularidade da dinâmica desse conflito, religioso-político, fortalecia-se entre os jovens católicos de esquerda a compreensão de que o cristianismo era uma força revolucionária na/da história. Essa convicção era municida pela exigência do estudo para responder às críticas recebidas de outros grupos nesse denso ambiente de combate. Para essa geração, estudar era um ato de militância.

Muitos tentaram de diversos modos fazer-nos heréticos, marxistas ou indiferentes à mensagem cristã, ao sentimento vivo e exigente do Evangelho. Por mais que tentassem só conseguiram deixar em nós a convicção profunda de que o Cristianismo é a fonte de uma revolução radical na História do homem e que jamais poderá ser utilizada com a finalidade de ocultar a verdadeira face do homem e da sociedade, o drama de seu existir e dos caminhos de sua liberdade (Souza em Cardonnel, Vaz e Souza, 1963, p. 99).

Betinho também afirma que a compreensão religiosa da realidade não representava, para eles, uma fuga do mundo. Eles propunham que a humanidade vivia, naquele momento, uma realidade dramática.² Esse “drama do humano” deveria ser assumido e a bandeira do humano empunhada. A história

era uma realidade para se afirmar com vistas à salvação. Não se constituía num vale de lágrimas, num degrado.

Importa-nos, sobremaneira, a afirmação de Betinho de que os jovens que compunham a esquerda católica *não estavam inaugurando uma tradição. Eles viam-se como parte de uma tradição já existente e que remontava aos tempos bíblicos*. A compreensão que de que esses valores não foram construídos por este grupo, mas que foram bíblicamente revelados, confere às suas assertivas o denso capital legitimador de uma longuíssima tradição.

Há, no entanto, uma outra atitude fundamental de nossa geração: a adesão ao drama do homem, de todos os homens, a luta pela universalização concreta da Redenção colocada, não no plano de uma visão dualista, mas de uma concepção do homem como um todo, indissociável, organicamente definido. Quebramos definitivamente a perspectiva aristocrática e classista da Salvação e nos voltamos à perspectiva universal do Cristianismo: todos os homens e o homem todo são objetos do amor e da Salvação. O Cristianismo é incompatível com qualquer perspectiva que, de qualquer forma, faça um homem senhor e outro escravo, um sujeito universal de direitos, outro sujeito relativo a determinadas condições restritivas. Não descobrimos por nós mesmos esses valores. Somos o prolongamento de outras gerações, a partir da Geração inicial do Novo Testamento. O Novo Testamento nos dá conta de uma geração universal de um lado, o cristão portador de uma mensagem universal, concreta de Amor, e de uma geração particularista, separatista, discriminadora, do outro lado, o fariseu, o falso profeta, o individualista, o apegado aos seus bens, à sua Salvação. “Quem quiser salvar sua alma, perdê-la-á”. Estranho paradoxo. (Souza em Cardonnel, Vaz e Souza, 1963, p. 100)

Herbert de Souza informa, ainda, que nem todos os membros dessa geração de cristãos se iniciaram nos movimentos da Ação Católica, mas, muitos tiveram neles os momentos iniciais de uma compreensão do cristianismo que envolvia toda a realidade da vida, sem exigir uma ruptura com uma “vida normal”:

No princípio, era uma JEC animada por jovens assistentes entusiastas. Nessa experiência se evidenciou que se poderia ser normal e cristão ao mesmo tempo, que o cristianismo não era uma escola para a formação de efeminados e histéricos pregadores do inferno e do anticomunismo. Ensinava-se uma mensagem positiva, um Absoluto a testemunhar. Pela fé, Cristo significava para muitos de nossa geração um forte apelo a uma dupla revolução: a superação em nós da negação do amor, o comodismo, a indiferença pela sorte da humanidade, do outro. Não é sem razão que a essa altura os livros de Corção exerceram sobre nós uma influência benéfica: a descoberta do outro, a superação da subjetividade que isola. Hoje, lamentamos o autor que certamente não saberia escrever um livro que tivesse por título: a descoberta dos outros...

Enfim a superação em nós de velhas e deformadas visões de um cristianismo místico, supersticioso e formal (Souza em Cardonnel, Vaz e Souza, 1963, p. 100).

Betinho faz referência, também, ao encontro de dez anos da JUC,³¹ ocorrido em 1960, como o momento de inflexão dos universitários para “uma nova posição diante do social, como exigência fundamental da própria fidelidade ao Evangelho” (Souza em Cardonnel, Vaz e Souza, 1963, p. 101).

Ao tratar do capitalismo, esse autor o condena legitimando-se na longuíssima tradição romana:

Não inovamos nada. Repetimos, com todos os Papas, a condenação do capitalismo, a necessidade de uma estrutura mais justa e humana, em que a propriedade social substituísse a propriedade privada da estrutura liberal. E assim passasse a ser a função efetiva do que tantos gostam de chamar de bem-comum (Souza em Cardonnel, Vaz e Souza, 1963, p. 100).

Ainda:

Não é por acaso que todos os documentos oficiais da Igreja condenam o capitalismo: trata-se de um sistema que estabelece, por princípio, a desigualdade de oportunidades. Pressiona o homem a ser um competidor para o outro, e separa o mundo social e econômico do mundo real dos homens, promovendo, assim, a economia do lucro contra a economia da necessidade. É por coerência que condenamos o capitalismo (Souza em Cardonnel, Vaz e Souza, 1963, p. 104).

Herbert José de Souza informa que esses movimentos religiosos emancipatórios do cristianismo eram muitos e que nem todos eram conhecidos, nem os de dentro nem os de fora do catolicismo. A esquerda católica, portanto, era um movimento amplo. Ele faz referência, também, aos jovens protestantes, com os quais houve trabalhos em conjunto marcados por uma mútua compreensão. Ecumenismo de esquerda. Podemos falar, portanto, de um cristianismo de esquerda. Seu texto, informa-nos, como outros do período, que esses setores compreendiam que se vivia um ponto de inflexão na tradição: “Nesse sentido, somos uma geração cristã, germe de gerações cada vez mais cristãs” (Souza em Cardonnel, Vaz e Souza, 1963, p. 106).

¹ Sobre esse tema ver Beozzo (1984) e Gómez de Souza (1984).

Conclusão

O amplo evento conhecido como esquerda católica é um campo fértil para análises, embora ainda seja um ambiente virgem para a historiografia brasileira, tanto a que se ocupa com a história política quanto religiosa. Esperamos ter demonstrado algumas pistas que permitam uma compreensão relevante: a esquerda do catolicismo não se pensa como um movimento sismático. Pelo contrário, são tão densamente romanizados que empenham grande parte de suas energias intelectuais no combate pelo monopólio da que seria a verdadeira tradição do catolicismo.

A esquerda católica afirmava a autoridade episcopal e elaborou-se a partir das encíclicas papais, sobretudo as do papa João XXIII. Num ambiente de lides, havia o empenho de afirmar que os conservadores haviam se desviado da verdadeira tradição que, por sua vez, fora *resgatada* pelos militantes de esquerda. Ao fazer estavam, efetivamente, confirmando a constatação do historiador: a história do catolicismo é uma história de combates pela posse da *verdadeira* tradição, por parte dos seus diversos grupos antagônicos.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Memento dos vivos*, a esquerda católica no Brasil. [S. L.] Tempo Brasileiro. 1966.
- ALVES, Márcio Moreira. *A igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ALVES, Rubem. *O enigma da religião*. 3ª edição. Campinas: Papyrus, 1984.
- AQUINO, Tomás. *Suma Teológica*, fé, esperança e caridade. Volume V. São Paulo: Loyola, 2004.
- ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. Lisboa: Moraes Editores, 1971.
- AZZI, Riolando. *O estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do Pensamento Católico no Brasil)
- _____. *A crise da cristandade e o projeto liberal*. São Paulo: Paulinas, 1991. (História do Pensamento Católico – II)
- _____. *A neocristandade – um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do Pensamento Católico no Brasil – V).
- _____. O Início da restauração católica no Brasil (1920 – 1930). *Síntese – Nova Fase*. Vol. IV., nº 10, Maio/Agosto 1977.
- _____. O início da restauração católica no Brasil (1920 – 1930) II. *Síntese – Nova Fase*. Vol IV, nº 11, Setembro/Dezembro de 1977.

BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na universidade e na política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado*, elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BERMAN, Marshal. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *A bênção de abril*, Brasil, Urgente: memória e engajamento católico no Brasil (1963-1964). Petrópolis: Vozes, 1983.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *As revoluções utópicas dos anos 60*, a revolução estudantil e a revolução política na Igreja. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2006. (1ª em edição 1972).

BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira e SOUZA, Beatriz Muniz de. Igreja Católica: 1945-1970. In FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III - O Brasil Republicano. 4º Volume - Economia e Cultura (1930 - 1964). 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo: CEBRAP/Ed. Brasileira de Ciências Sociais, 1971.

CAMURÇA, Marcelo. *Ciências sociais e ciências da religião: polêmicas e interlocuções*. São Paulo: Paulinas, 2008.

CARDONNEL, Jean et alii. *Cristianismo e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

CARDONNEL, Thomas; VAZ, Henrique; SOUZA, Herbert José de. *Cristianismo hoje*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.

CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *A Revolução no trópico*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos - Presidência da República, 1962.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, v. 24, 2004, São Paulo, p. 271-302.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*, o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

COSTA, Marcelo Timótheo da. *Um Itinerário no Século*, mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; São Paulo, 2006.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX, sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 12, Abril-Maio de 1975.

- FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945 – 1964)*. São Paulo: Atual, 2006.
- FIERRO, Alfredo. *O evangelho beligerante*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- FILORAMO, Giovanni e PRANDI, Carlo. *As ciências das religiões*. São Paulo: Paulus: 1999.
- FINLEY, Moses I. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FLORIDI, Ulisse Alessio. *O radicalismo católico no Brasil, para onde vai o catolicismo progressista no Brasil*. São Paulo: Hora Presente, 1973.
- FREI BETTO, MENESES, Adélia Bezerra de, JENSES, Thomaz (Orgs.). *Utopia urgente escritos em homenagem a frei Carlos Josaphat nos seus 80 anos*. São Paulo: Casa Amarela: EDUSC, 2002.
- GANDILLAC, Maurice. *Gêneses da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos, o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- JOSAPHAT, Frei Carlos. *Evangelho e revolução social*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002. (Edição comemorativa dos 40 anos da obra). Também trabalhamos com as edições de 1962 e 1963, editadas pela Livraria Duas Cidades).
- KADT, Emanuel de. *Católicos radicais no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- LAGE, Francisco (padre). *O padre do diabo*. Rio de Janeiro: EMW Editores, 1988.
- LEBRET, J. L. *O drama do século XX, miséria, subdesenvolvimento, inconsciência, esperança*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, s/d.
- LUSTOSA, Frei Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- _____ (organização e seleção). *Igreja e política no Brasil, do partido católico à L.E.C. (1874 – 1945)*. Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil. São Paulo: Loyola: CEPEHIB, 1983.
- LÖWY, Michel. *A Guerra dos Deuses, religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARIA, Júlio, CSSR. *A igreja e o povo*. São Paulo: Loyola, 1983.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MOURA, Odilão. O.S.B. *Idéias católicas no Brasil, direções do pensamento católico brasileiro no século XX*. São Paulo: Editora Convívio, 1978.
- OTTO, Rudolf. *O sagrado*. Lisboa: Perspectivas do Homem/Edições 70, 1992.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. “Libertação”: idéia-força da “Esquerda Católica”. In: GÓMEZ DE SOUZA, L. Alberto. (Org.). *Relativismo e transcendência*. Rio de Janeiro: EDUSC, 2007, p. 31-45.

_____. Estruturas de Igreja e conflitos religiosos. In: SANCHIS, Pierre. *Catolicismo: modernidade e tradição*. São Paulo: Edições Loyola, 1992

_____. *Religião e Dominação de Classe, gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão, As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre, *História e perspectivas da Esquerda*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Chapecó: Argos, 2005.

RIDENTI, Marcelo S. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil, Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: ed. da UNICAMP, 2002, p. 213-282.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 -1964)*. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982. 13 edição.

SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992.

SHAULL, Richard. *De dentro do furacão*, Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação. Coleção Protestantismo e Libertação. São Paulo: Ed. Sagarana/CEDI/CLAI/Progr. Ec. de Pós-Grad. em Ciências da Religião, 1985.

SILVA, Wellington Teodoro da. O Catolicismo Militante em Juiz de Fora (História e Oralidade). In: MIRANDA, Beatriz V. D.; PEREIRA, Mabel Salgado. *Memórias Eclesiásticas*, documentos comentados. Juiz de Fora: Editora UFJF/Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora/CEHILA Brasil Núcleo Minas Gerais, 2000.

TARSO, Paulo de. *Os cristãos e a revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

TILLICH, Paul. *A era protestante*. São Paulo: Ciências da Religião, 1992.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Editora Grijalbo: 1968.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima, SJ. A grande mensagem de S. S. João XXIII. *Síntese Política, Econômica, Social*, Ano V, número 18, Abril-Junho de 1963.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 15ª ed. São Paulo: Pioneira, 2000, 233p.

¹ As citações da encíclica *Mater et Magistra* são, respectivamente, dos parágrafos 113 e 114.

² Essa ideia de “drama” encontra lastro no livro do dominicano J. L. Lebet, “*O drama do século XX, miséria, subdesenvolvimento, inconsciência e esperança.*” Traduzido por Frei Benevenuto de Santa Cruz, o.p., e por Fátima de Souza.

³ Sobre esse tema ver Beozzo (1984) e Gómez de Souza (1984).

Recebido em 02/04/2009, revisado em 06/05/09, aceito para publicação em 06/05/2009.